

DINÂMICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE CULTURA E OPORTUNIDADES POLÍTICAS¹

SOCIAL MOVEMENTS DYNAMICS: REFLECTIONS ABOUT CULTURE AND POLITICAL OPPORTUNITIES

Joana Tereza Vaz de Moura²

RESUMO

Propomos, nesse texto, refletir sobre as dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos a partir das análises e discussões sobre a abordagem culturalista e a perspectiva dos processos políticos. Para além das dicotomias entre as duas abordagens, buscamos trazer para o debate as possibilidades de explicação das estratégias utilizadas pelos movimentos sociais nos últimos anos no Brasil. Destacamos que reafirmar identidades possibilitou incluir demandas na agenda pública, assim como o contexto político, de maior permeabilidade do Estado, criou oportunidades políticas que foram apropriadas pelos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Cultura. Oportunidades políticas.

ABSTRACT

We propose, in this paper, reflect about contemporary movements social dynamics from analysis and discussions about two approaches: cultural and political process. Beyond the dichotomies between them, we seek to bring to the debate the possibilities of explaining the strategies used by social movements in the last years in Brazil. We highlight that reaffirming the identities made it possible include demands on the public agenda as well as the state's most permeable political context created political opportunities that were incorporated by the social movements.

1 Este artigo é fruto de uma reflexão iniciada no estágio pós-doutoral na New York University-NYU. Agradeço a Gianpaolo Baiocchi pela oportunidade.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais- PPEUR/UFRN. E-mail: joanateresa@gmail.com.

Key-words: Social movements. Culture. Political opportunities.

Introdução

Ao longo dos últimos anos percebemos variações nas discussões sobre as dinâmicas dos movimentos sociais, tanto na literatura internacional quanto na brasileira. A literatura internacional, especialmente a norte-americana, as discussões parecem ocorrer ainda entre dois grandes paradigmas: culturalistas versus os estruturalistas. Apesar dos esforços realizados por alguns teóricos como Goodwin e Jasper (2003), por exemplo, que tentam fazer uma ponte entre analistas dos movimentos sociais ligados às duas abordagens, prevalece a dicotomia entre os que priorizam a interação com a política (McADAM; TARROW; TILLY, 2009) e a vertente que confere à cultura o principal papel de mediação entre estrutura política e ação. No Brasil, apesar da influência da abordagem cultural ter sido predominante até meados dos anos 90, temos refletido diferentes dinâmicas dos movimentos sociais tentando entender as novas interfaces dos movimentos na burocracia estatal (ABERS; TATAGIBA, 2015; CARLOS, 2015; DOWBOR, 2014; SILVA, 2011). Essa discussão tem ganhado peso e se fortalecido atualmente devido a uma dinâmica conjuntural que possibilitou rearranjos nos repertórios de atuação desses atores e conseqüentemente influenciou as estratégias administrativas do Estado brasileiro. Nesse sentido, pensamos que podemos contribuir com a discussão atual dos processos de atuação dos movimentos sociais em diferentes partes do mundo acolhendo perspectivas que aparentemente podem ser dicotômicas, mas que reforçam o nosso entendimento sobre as diferentes formas de protesto e relação dos movimentos sociais com o Estado e demais atores (mercado e outras organizações). Conforme destaca Sidney Tarrow (2012), os movimentos sociais podem ser

vistos como “estranhos no portão”, operando no limite das políticas constituídas, da cultura e das instituições.

Para fins desse artigo delimitamos o arcabouço teórico em trabalhos recentes publicados internacionalmente e nacionalmente em que os autores refletem questões que estão na fronteira entre aspectos culturais e oportunidades políticas, entendendo possibilidades de articulações e interpretações das dinâmicas presenciadas empiricamente. Acreditamos que, a partir do momento que entendemos que na prática as atuações dos movimentos sociais se dão de maneira complexa, dinâmica e multifacetada, as possibilidades de entendimento só acontecem se temos um quadro analítico que possibilite esse diálogo (teoria e empiria). Compreendemos que os movimentos sociais precisam ser vistos como produtos e produtores das mudanças nos sistemas políticos, ou seja, na política institucionalizada. Portanto, considerar os significados culturais, bem como as condições políticas que limitam/constrangem ou possibilitam/oportunizam as ações dos movimentos sociais, tornam-se essenciais. Neste sentido, acreditamos que ambas as perspectivas fornecem contribuições analíticas e interpretativas interessantes para entender os movimentos sociais hoje e suas relações com o campo político.

Nosso objetivo, portanto, é explorar quão profícuo pode ser entender o papel da cultura para os movimentos sociais e as condições/configurações políticas em que esses estão inseridos e que possibilitam a utilização de determinados repertórios em um processo relacional com o Estado. Nosso interesse especial está em entender as práticas dos movimentos sociais, especialmente nos governos do PT (Lula e Dilma). Conforme destaca Lavallo (2014, p. 14), vivenciamos um processo pós-participativo em que espaços de participação política já estão consolidados no país, destarte a relação dos movimentos sociais com os atores estatais passar por outras arenas e com outros formatos de integração. Esses outros formatos foram sendo construídos

e repensados estrategicamente a partir de questões simbólicas, culturais, mas também por uma determinada racionalidade. Neste sentido, é importante salientar e considerar que o ambiente constrói oportunidades e constrangimentos à atuação dos movimentos sociais “ao mesmo tempo que é construído e influenciado pelo processo de interação entre atores societários e institucionais” (CARLOS, 2015, p. 24).

Ao longo do texto introduzimos experiências da ação dos movimentos de juventude e negro, nos Governo Lula e Dilma, para ilustrar o debate. Esses movimentos foram motivos de outras reflexões feitas e, portanto, nosso conhecimento sobre eles é mais aprofundado, permitindo explorar o debate com mais subsídios. Ressaltamos que, assim como esses movimentos, outros também têm utilizados as mesmas estratégias e dinâmicas para a inserção de demandas na agenda estatal, conforme já destacado por outros pesquisadores (ABERS; TATAGIBA, 2015; DOWBOR, 2014; OLIVEIRA; SILVA, 2011)

O artigo está dividido em duas partes fundamentais. Na primeira apresentamos uma leitura sucinta da discussão atual sobre a abordagem cultural, apresentando exemplos para ilustrar o debate. Na segunda, enfatizamos as discussões estruturalistas que buscam entender o papel dos ativistas em um contexto de maior interação com o Estado. Por fim, apresentamos as considerações finais e novas possibilidades de agendas de pesquisa.

O Diálogo Cultural nas Interações

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais-NMS, na tentativa de ser uma reação aos estudos marxistas que viam nas contradições do capitalismo os recursos para a ação coletiva, trouxe aspectos que buscavam entender os movimentos sociais a partir de três aspectos: identidade, oposição e totalidade. Ao contrário do foco ser específico

na questão das classes sociais, os teóricos buscavam desenvolver uma abordagem que, entre outros aspectos, levasse em consideração as questões das identidades e emoções. Os aspectos comportamentais e subjetivos tornaram-se essenciais para entender a dinâmica dos movimentos sociais. As análises mais qualitativas buscavam explorar sentimentos, motivações e histórias de vida dos ativistas. As pesquisas sobre movimentos sociais nos anos 70, na Europa, baseavam-se no papel das representações culturais para os movimentos sociais (DELLA PORTA; DIANI, 2015). Para esses autores ainda, Touraine e Melucci notaram que os movimentos sociais chamados de novos (feministas, ambientalistas, entre outros) pautavam seus conflitos não mais em diferenciações entre classes sociais, mas em questões contemporâneas relacionadas com a produção do conhecimento e possibilidades de espaços autônomos para discutirem acesso a direitos. Em oposição às influências do Estado, esses atores buscavam novas formas de conflito social focadas em:

[...] estruturas organizacionais descentralizadas e participativas; defesa da solidariedade interpessoal contra as grandes burocracias; [...] reivindicando direitos individuais para determinar seus próprios projetos de vida e identidades (DELLA PORTA; DIANI, 2015, p. 4).

Notamos que as questões colocadas naquele momento pelos teóricos dessa abordagem, como Touraine e Melucci, por exemplo, refletiam fenômenos históricos e processos que não conseguiam ser explicados somente pelas influências da teoria de Marx e tampouco pelas abordagens americanas baseadas nos aspectos estratégicos racionais. Buscando contribuir para o debate, Melucci considerou que a identidade é o que motiva a entrada de indivíduos em movimentos sociais (EDER, 2015).

Os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos

e a seu relacionamento com o meio ambiente. [...] O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo (GOHN, 1997, p. 123).

A despeito dessas formulações terem oferecido um arcabouço teórico frutífero para entender naquele momento as formas de ação coletiva, várias foram as críticas direcionadas aos teóricos advindas especialmente de pesquisadores que buscavam entender os movimentos sociais sob a ideia “da estrutura para a ação”.

Melucci aponta, em seu livro *Challenging codes: collective action in the formation age* (1996), para o poder da palavra, da publicização dos interesses e demandas dos movimentos sociais. Segundo ele, as vozes e os símbolos utilizados pelos movimentos devem ser compreendidos como estratégias de reconhecimento, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Novas relações são estabelecidas, significados são compreendidos, negociações e decisões são tomadas. Neste sentido, “análises não podem simplesmente identificar ação a partir daquilo que os atores relatam sobre si mesmos, sem levar em consideração o sistema de relações em que objetivos, valores, *frames* e discursos são produzidos” (MELUCCI, 1996, p. 15, grifo nosso).

Para muitos teóricos haveria hoje uma dimensão cultural para o conflito que não pode ser negligenciada. Os modernos movimentos sociais criaram novas performances e repertórios, que tem a ver com especificidades geográficas e temporais (MARKOFF, 2015).

Reformulando as dinâmicas da ação coletiva e procurando conectar as ideias de Melucci e Touraine às discussões estruturalistas, teóricos desenvolveram novas lentes analíticas para considerar as relações sociais e as narrativas semânticas (EDER, 2015), colocando novos elementos para entender os protestos e dinâmicas dos movimentos sociais em contextos de permeabilidade estatal.

Ao observar os mais diferenciados protestos contemporâneos, podemos perceber que a identidade e a percepção que os grupos

têm de si mesmo são fatores que influenciam as táticas utilizadas para interseção com o Estado. Pesquisas recentes realizadas com movimentos de juventude, negro, feminista, entre outros, mostram que o entendimento sobre identidades coletivas pode iluminar o processo de construção das estratégias e discursos utilizados por eles para colocar pautas e demandas na agenda pública. Especificamente para o caso brasileiro, Gomes, Moura e Silva (2016) apontaram que compartilhar os mesmos interesses, produzir um discurso que os una e sustente a ação coletiva, foi fundamental para que o movimento negro conseguisse inserir a discussão sobre violência contra a juventude negra na agenda do Governo Dilma, em 2011. Também destacadas por Wulff, Bernstein e Taylor (2015), as identidades coletivas influenciam consideravelmente as estratégias que serão utilizadas na interação com os oponentes e também com o Estado. Tendo como foco os movimentos sociais de gênero e sexualidade os autores demonstram que pesquisas recentes têm repensado as dinâmicas desses movimentos a partir das ideias de identidade coletiva, frames e emoções. Os autores desenvolvem a discussão mostrando que as identidades fazem parte de um grupo de fatores que tem sido focados pelos estudiosos dos movimentos sociais hoje. Além das identidades, os autores argumentam que devemos focar também nas políticas institucionais e nas emoções.

Pesquisas sobre movimentos de gênero e sexualidade tem pressionado os estudiosos para examinar não somente como as identidades coletivas são construídas e como ajudam a sustentar os movimentos, mas também como as identidades coletivas são desenvolvidas como estratégia do movimento social (WULFF; BERNSTEIN; TAYLOR, 2015, p. 120).

Outros autores também têm destacado o papel da cultura para a análise dos movimentos sociais, especificamente como impulsionadora dos conflitos sociais e das mudanças. Tan e Snow (2015) procuram mostrar como muitos movimentos sociais emergem a

partir de conflitos culturais e modificam estruturas e interesses. Para os autores, a cultura é utilizada como instrumento de mudança já que é a partir dela que os movimentos identificam mecanismos através dos quais constroem as suas demandas e conseguem influenciar aparatos estatais, mas também posicionamentos da sociedade. Ou seja, aspectos culturais como valores, ideologia e práticas podem alterar determinadas configurações estabelecidas nos arranjos institucionais.

Em trabalhos recentes Goodwin e Jasper (2003) e Jasper (2014, 2015) trazem à tona a discussão sobre as emoções relativas aos protestos, dialogando especificamente com a racionalidade encontrada nas discussões dominantes sobre movimentos sociais. Segundo Alonso (2009, p. 21), Jasper “abriu o campo para as ‘emoções do protesto’, os sentimentos associados aos processos de conversão de indivíduos comuns em ativistas”. Nas ideias desse autor, a cultura é parte natural do processo interpretativo, afetando a estrutura de oportunidades e os repertórios (ALONSO, 2009). Assim, a cultura estaria diretamente relacionada com as estratégias construídas por cada movimento social, em determinados contextos. Jasper (2014) tece sua crítica aos estudiosos que entendem os movimentos sociais dentro de grandes contextos históricos e estruturais. Para ele, a lente analítica deve ser voltada para entender os próprios participantes e seus pontos de vista. Portanto, as pessoas têm ideias sobre o que elas querem e como elas conseguirão, sendo que essas ideias são filtradas através da cultura. A dimensão cultural, assim, é fundamental no debate contemporâneo sobre movimentos sociais e é composta por pensamentos compartilhados, sentimentos e valores que permeiam a ação dos protestantes.

Jasper (2015) ainda sinaliza que o momento atual é de uma inflexão cultural nas análises sobre os movimentos sociais, especialmente porque reflexões recentes têm priorizado o nível micro ao macro e abordagens culturais ao invés das teorias da escolha racional e teoria dos jogos. Do seu ponto de vista, autores têm tentado

incorporar o papel das emoções, da criatividade e da liderança, não só nas discussões sobre os movimentos sociais, mas também nos grupos na sociedade que interagem cotidianamente com os atores estatais.

Assumido por Jasper e também entendido por nós como um ator importante, os líderes ou porta-vozes do grupo mobilizam emoções, recursos e são como símbolos dos grupos publicizando suas ações. Salientamos, portanto, que as trajetórias das lideranças são fundamentais para entender as dinâmicas dos movimentos sociais. Conforme destaca Feltran (2008), as trajetórias mostram as redes que vão sendo formadas e que sustentam a ação política dos movimentos.

Principalmente para a configuração que estamos nos propondo a refletir entendemos que as trajetórias podem dizer muito sobre as complexidades dos movimentos sociais e do Estado. Podemos observar que nem os movimentos sociais e nem o Estado são entes únicos e homogêneos. Para o caso dos movimentos sociais, isso parece já ter sido bastante explorado por autores que destacam a heterogeneidade dos atores, os diferentes interesses, as diferentes estratégias utilizadas etc. No caso do Estado, tradicionalmente, o abordamos como oponente dos movimentos sociais, o que não possibilita entender as dinâmicas atuais de envolvimento e cooperação. Jasper (2015) aponta que o Estado deve ser entendido como um espaço de múltiplas interações, em que o legislativo, o executivo, a polícia e outros são ligados por uma série de regras, leis, normas e tradições. Cada um desses atores tem uma variedade de capacidades para agir e interpretam as regras conforme os diferentes entendimentos que têm. Assim, raramente, o Estado age como um jogador unificado. Segundo Jasper (2015), isso não significa que em algum momento atores estatais não tenham interesses comuns (exemplo, coleta de impostos). O autor reafirma a importância de entender os aspectos culturais e a maneira que é passada a imagem do grupo para a coletividade.

Ao reconhecermos a complexidade do Estado e como aspectos culturais podem ser relevantes no entendimento das ações dos movimentos sociais nos últimos anos no Brasil, voltamos à nossa proposta de trazer o que as reflexões contemporâneas têm a contribuir para analisar a realidade.

Se pegarmos como exemplo o movimento negro no Brasil, percebemos que, nos últimos anos (Governos Lula e Dilma), vários militantes vão sendo convidados a participar da burocracia estatal. A força da construção de uma identidade coletiva, baseada em valores, símbolos e tradições capaz de ser publicizada, oportunizou o diálogo com setores da sociedade brasileira e militantes de esquerda que ao acenderem ao poder trazem as suas demandas para o Executivo. Nesse caso, os ativistas do movimento negro cruzaram a fronteira entre Estado e sociedade civil, realçando que em alguns momentos trabalham nas organizações da sociedade civil e em outros atuam dentro em cargos governamentais. Vários são os casos, conforme já destacados por Dowbor (2014) em que o acesso dos movimentos sociais ao Estado acontece por meio da ocupação de cargos comissionados e pelas pastas de secretarias específicas, buscando alterar os rumos das políticas públicas e as formas de implementação. Quando olhamos para o processo de construção do Plano Juventude Viva³, em 2011, observamos que definiu-se o sujeito político: a juventude negra, caracterizado por uma necessidade de duplo reconhecimento, por ser jovem e por ser negro, lastreado pelos movimentos *hip hop*, movimento estudantil e pelo próprio movimento negro, onde construiu sua rede de articulação e herdou suas estratégias (RAMOS, 2014).

Reconhecemos, portanto, que a cultura tem reaparecido como fator central na explicação na análise dos movimentos sociais já que produz ações que influenciam diretamente as políticas públicas, especialmente para grupos que sofrem injustiças sociais. A identidade

3 O Plano Juventude Viva foi criado com o objetivo de prevenção ao extermínio da juventude negra no Brasil. Para maiores detalhes sobre o processo de construção do Plano, ver Gomes, Moura e Silva (2016).

construída por mecanismos cognitivos e afetivos são essenciais para as ações estratégicas dos grupos (KLANDERMANS, 2103 *apud* DELLA PORTA, 2015).

A luta histórica dos negros no Brasil por direitos e contra a discriminação é resultado de um processo de construção de identidade que baseia-se fundamentalmente no reconhecimento de injustiça sofrida cotidianamente. Portanto, significados culturais e sentimentos acompanham as ações de diferentes movimentos sociais. Conforme Jasper (2014), precisamos aprender a identificar a cultura como um fator de protesto, mas ao mesmo tempo o protesto nos mostra de onde a cultura vem. No caso do movimento negro, o modo de percepção do mundo combinado com a emoção e moralidade, conseguiram colocar as demandas do movimento na cena política brasileira. A criação de cotas raciais nas Universidades Públicas é um exemplo disso.

Assim, a perspectiva cultural tem animado o debate nas últimas décadas ao articular comportamentos, atitudes, ideologias, via a discussão sobre *frames*, com o contexto político-social em que nos encontramos. Mostramos como a cultura pode ser explorada na análise dos movimentos sociais e no próximo item argumentamos que a literatura sobre oportunidades políticas oferece reflexões importantes, mas também vem travando um diálogo proeminente buscando integrar a identidade nas pesquisas atuais sobre os movimentos sociais.

Movimentos Sociais e a Política Institucionalizada

Uma das grandes referências na análise dos movimentos sociais e as relações com os processos políticos é Charles Tilly. Representante da abordagem estruturalista, Tilly em diversos de seus trabalhos tem destacado o papel das variáveis políticas, especialmente do que conhecemos como Estrutura de Oportunidades Políticas- EOP. O nosso argumento aqui é que aspectos políticos e repertórios devem ser levados

em consideração na medida em que conferem centralidade ao processo político, que envolve a dinâmica dos movimentos sociais. Segundo Tarrow (2003), Goodwin e Jasper tendem a reduzir suas críticas sobre a abordagem do processo político às discussões preliminares e focam exclusivamente no conceito de oportunidades políticas, não observando as novas reflexões elaboradas pelos autores. Para Tarrow (2003, p. 42), “Goodwin e Jasper ignoram o fato de que a maioria dos teóricos do processo político tentam explicar os movimentos como resultados da combinação entre fatores culturais e estruturais [...]” Nosso propósito, conforme já demonstrado, não é dicotomizar as perspectivas teóricas mas explorar o que cada uma das visões pode contribuir para explicar os movimentos sociais atuais num contexto específico de abertura de espaços de participação política e permeabilidade do Estado.

O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) busca compreender as configurações do contexto político-institucional no qual os atores sociais se organizam e intervêm. Conforme Tarrow (2009), o papel do Estado e o tipo de intervenção estatal não podem ser desconsiderados como fatores explicativos para o sucesso de formas independentes de ação coletiva. A intervenção estatal pode até mesmo estimular o ativismo cívico, principalmente quando tal intervenção diz respeito a garantir o acesso irrestrito e igualitário a um sistema legal eficiente (RENNÓ JUNIOR, 2003).

De acordo com Cortes e Silva (2010, p. 437):

[...] os atores sociais e estatais são reflexivos, fazem escolhas entre oportunidades de ação e estratégias a serem adotadas, levando em conta as possibilidades limitadas pelas condições institucionais em que agem e os contextos conjunturais em que se encontram.

Meyer e Minkoff (2004), ao estudar sobre o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas, também afirmam que fatores externos

podem motivar ou simplesmente inibir a mobilização de determinados grupos sociais.

No livro *From Contention to Democracy*, Giugni, McAdam e Tilly (1998) abordam a relação entre os movimentos sociais e os processos de mudança social. A questão central para os autores é tentar explicar como os movimentos sociais influenciam os processos e como as mudanças sociais influenciam os movimentos. Nesse ínterim, ele focam nas interações dos movimentos sociais com as instituições estatais, buscando explorar como as demandas dos movimentos sociais foram integradas às agendas públicas. Se trouxermos novamente o exemplo do Plano Juventude Viva, podemos observar que as articulações e estratégias realizadas pelo movimento negro, os vínculos sociais com partidos políticos e representantes de organizações da sociedade civil e o fato de existirem militantes na burocracia estatal possibilitou a consolidação de suas prioridades na agenda estatal diante de uma série de interesses em disputa (GOMES; MOURA; SILVA, 2016). A partir da análise das relações estabelecidas entre os diferentes atores é possível identificar os padrões e repertórios estabelecidos que contribuíram para esse processo. Giugni, McAdam e Tilly (1998) mostram as possibilidades de permeabilidade das instituições e como os movimentos sociais podem incorporar suas demandas e influenciar o processo decisório. Para os autores, a incorporação de membros do movimento nas instituições tornaria isso possível e assim os movimentos sociais seriam (co) produtores das mudanças e das transformações sociais.

A questão que nos parece essencial e que também inquieta os autores é entender sob quais condições e como os movimentos sociais afetam o processo decisório. Portanto, as análises devem levar em conta as configurações políticas e sociais, em que oportunidades, estrangimentos, custos e riscos da mobilização compõem o primeiro passo. Tarrow (1998) utiliza o argumento de que existem janelas de oportunidades que são utilizadas pelos movimentos sociais para a

inovação política. Nesse entendimento, ele conceitua a Estrutura de Oportunidade Política como oportunidades que são “abertas por ondas de protesto pelos aliados e opositores de um movimento ou por elites políticas” (TARROW, 1998, p. 31).

Buscando entender as dinâmicas e dimensões dos processos políticos, exploramos a discussão contemporânea que Tarrow explora em seu livro *Strangers at the gates: movements and States in contentious politics* (2012) o papel dos ativistas na fronteira entre o confronto político e a rotina. Para ele, os ativistas escolhem seus repertórios e *frames* de acordo com as relações que estabelecem com o campo político na luta cotidiana.

Questionando a abordagem cultural por reduzir o choque entre movimentos sociais e seus oponentes a uma questão de discurso, Tarrow (2012) explora as interrelações dos movimentos sociais com outros atores e com as instituições estatais, ou seja, privilegia a interação dos movimentos com o sistema político. No seu entendimento, os movimentos sociais “são estranhos no portão na medida em que operam nos limites da política, em uma posição desconfortável que explica muito das ambiguidades e contradições nas suas estratégias, composições e dinâmicas” (TARROW, 2012, p. 3). Eles são parte de um sistema mais amplo de conflito e cooperação, que Tarrow denomina de confronto político. O estudo do confronto político tem se tornado um campo de estudo da interdisciplinaridade nas ciências sociais atualmente. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 231), “uma rede de pesquisadores vem realizando uma ampla pesquisa sobre confronto político e espera produzir um mapa inteligível do campo”. O foco é dado no espaço em que as ações dos atores interagem com a política, ou seja, com os processos políticos. Os autores destacam, ainda, que o confronto depende da mobilização e das capacidades para a interação com os demais atores na cena política.

Para Tarrow (2009), os movimentos sociais negociam e usam mais ações contestatórias ou mais rotineiras de acordo com as oportunidades e as ameaças. De acordo com Meyer (2003), conforme já apontado pelos teóricos da abordagem do processo político nos anos 70 e 80, os ativistas dos movimentos sociais não escolhem suas estratégias e ações no vácuo. O contexto político explica o posicionamento dos atores na dinâmica social, uns com mais influência, outros com menos. “A organização da política e o posicionamento de vários atores nela, faz algumas estratégias serem mais influentes e atrativas que outras” (MEYER, 2003, p. 50).

Meyer (2003) ainda argumenta que os estudos sobre movimentos sociais têm desenvolvido abordagens que articulam as questões culturais aos aspectos políticos. A atenção às práticas culturais ou práticas identitárias, utilizadas muitas vezes em etnografias, pode explicar processos políticos e o desenvolvimento de novas pesquisas, como vem sendo utilizada a *frame analysis*.

O desenvolvimento de mais trabalhos que fazem conexões entre práticas culturais, movimentos sociais e dissidência política pode nos ajudar a entender o grau em que a teoria do processo político [...] pode explicar outros tipos de movimentos, incluindo os apolíticos e os movimentos culturais (MEYER, 2003, p. 53).

Adentrando no debate que vem sendo feito recentemente na América Latina, de maneira geral, e no Brasil, em específico, vemos que importantes agendas de pesquisa sobre os movimentos sociais têm emergido nos últimos anos envolvendo essencialmente oportunidades políticas, cooperação entre movimentos sociais e atores estatais em arenas de participação e estudos que buscam integrar as dimensões culturais e de identidade.

Reforçando as ideias de Tarrow, buscamos entender as interações entre formas convencionais e não convencionais de

participação política, ou seja, explorando o debate entre movimentos sociais, atores políticos e instituições estatais. Abers e Tatagiba (2015) mostram como, no contexto de governos de esquerda, novas relações foram estabelecidas a partir da porosidade estatal. Denominados pelas autoras como “ativistas institucionais” (ABERS; TATAGIBA, 2015, p. 4), são pessoas que têm vínculo com os movimentos sociais e decidem ou são convidadas a fazer parte da administração pública, criando novos repertórios de atuação dentro do Estado. O termo ativismo institucional é utilizado pelas autoras para “descrever o que as pessoas estão fazendo quando elas começam a trabalhar nas burocracias governamentais com o propósito de avançar nas agendas políticas [...]” (ABERS; TATAGIBA, 2015, p. 72).

Para explorar essa questão, retomamos o nosso exemplo da entrada de ativistas do movimento negro na administração pública. Ao ser criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com status de Ministério, em 2003, notamos um papel político importante no cenário brasileiro devido a mobilização de uma série de atores (movimentos sociais, gestores públicos, parlamentares, etc.) que busca a inserção da temática da garantia dos direitos dos negros e negras nas políticas públicas. Especialmente, no caso do Plano Juventude Viva, a juventude negra passa a ser um ator juvenil estratégico, influenciando espaços de participação na construção de pautas importantes e na elaboração de políticas públicas de juventude, principalmente aliando a participação da juventude negra nas lutas contra a violência, a discriminação e o racismo.

Notamos que o fato de vários militantes do movimento negro estarem à frente da Secretaria fez uma grande diferença na construção de políticas específicas para esse segmento. Ramos (2014) mostra as diversas formas de atuação política do movimento negro para conseguir pautar as discussões sobre violência, raça e juventude.

Esses grupos são decisivos na promoção da deliberação pública e da mudança cultural em termos de tolerância, reconhecimento do outro e aceitação da diferença (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Portanto, compreendemos que a análise sobre oportunidades políticas/processo político tem elementos que precisam ser considerados na realidade empírica de casos em que ativistas ocupam cargos no Brasil, especialmente nas décadas recentes. Conforme destacam Abers e Tatagiba (2015), a inserção desses atores na burocracia estatal não implicou em cooptação, mas na abertura de espaços e diálogos que influenciam a maneira de se fazer política.

Buscando escapar das reificações nas teorias dos movimentos sociais, Rossi (2015) propõem dois conceitos - *repertório de estratégias e estoque de legados* - que buscam compreender os processos de ação coletiva dialogando com a literatura do confronto político com os processos históricos. Os conceitos “repertório de estratégias” e “estoque de legados” complementam o conceito de Tilly de repertório de confronto. Para Rossi (2015), esses conceitos possibilitam pensar as estratégias criadas pelos movimentos sociais a partir de diferentes contextos históricos. Ainda segundo ele, existe uma miríade de estratégias que é criada na interação entre movimentos sociais e Estado, aliados e opositores que não pode ser identificada por repertórios de confronto, já que é parte de estratégias que influenciam as decisões políticas, sem necessariamente ser contenciosa ou pública. Rossi (2015) chama a atenção para as ações e repertórios utilizados pelos movimentos sociais que não estão relacionados a protestos, mas que combinam diálogos e cooperação entre os diversos grupos envolvidos na política. O conceito de repertório de confronto de Tilly, segundo ele, não consegue explicar duas dinâmicas de interação dos movimentos sociais: “primeiro, situações onde confrontos não emergem, e segundo, a relação entre eventos públicos e confrontos geralmente descritos pela

mídia [...] que não foram realizados no espaço público” (ROSSI, 2015, p. 17).

Tomando como exemplo o movimento piquetero na Argentina, Rossi (2015) explora as estratégias utilizadas pelo movimento, enfatizando a abordagem histórica dentro de uma perspectiva política. Ele destaca que o movimento piquetero é conhecido pelos seus repertórios de confronto, os piquetes, dando o nome ao movimento e contemplando do ponto de vista analítico a formulação de Tilly (*contentious politics*). Entretanto, ressalta o autor, o movimento utilizou uma série de “estratégias de colaboração informais com o Governo, que não podem ser entendidas pelo conceito criado por Tilly” (ROSSI, 2015, p. 21). Ao utilizarmos a perspectiva histórica podemos entender como os militantes do movimento já vinham interagindo de diferentes maneiras com o aparato estatal. Nesse sentido, Rossi (2015) argumenta que utilizar o conceito de *repertorio de estratégias* possibilita entender tanto o confronto político quanto as colaborações que são criadas em ações informais e privadas. “Cada estratégia escolhida necessariamente incluirá decisões táticas para atingir os objetivos” (ROSSI, 2015, p. 22). Historicamente os atores produzem repertórios de estratégias e os escolhem de acordo com o contexto em que se encontram.

Todos esses argumentos colaboram para a percepção de que as teorias estruturalistas não podem ser ignoradas na análise da ação dos movimentos sociais, mas também não podem estar distanciadas da discussão cultural, que envolve outros aspectos importantes para nossa reflexão.

Considerações Finais: o que importa?

Na tentativa de dialogar com as teorias dos movimentos sociais, propusemos refletir sobre as diferentes estratégias utilizadas pelos atores no contexto político recente no Brasil. Enfatizamos que a

dicotomia criada entre teóricos que enfatizam a perspectiva cultural e os que enfatizam o processo político obscurece o entendimento das dinâmicas atuais. Percebemos que, assim como o nosso *paper* mostra, alguns analistas dos movimentos sociais tem tentado construir discussões que relacionam estruturas, recursos culturais, políticos, sociais e econômicos, identidades, emoções e redes sociais. Esse diálogo é recente e tem implicações na discussão sobre ação coletiva.

Reconhecer os processos culturais e políticos é, de fato, perceber que os olhares podem ser adaptados às realidades que estamos vivenciando atualmente. Oportunidades políticas são importantes para entender as dinâmicas, assim como a construção e reafirmação da identidade demonstra a importância da inserção de temáticas na agenda pública. Neste sentido, acreditamos que o rigor teórico deve estar relacionado ao objeto empírico de forma a explicá-lo da melhor maneira possível. É possível identificar a importância do processo político na criação, estruturação e dinâmica dos movimentos sociais, assim como é fundamental reconhecer a cultura como um fator que permeia os processos políticos e as estruturas de mobilização.

A operacionalização dos conceitos depende dos casos concretos, sabendo que são complexos, heterogêneos e dinâmicos. Em termos de avançar no nosso conhecimento precisamos continuar buscando exercitar as articulações possíveis entre as diferentes abordagens.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera; TATAGIBA, Luciana Ferreira. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the brazilian bureaucracy. In: ROSSI, Federico M.; VON BÜLOW, Marisa (Ed.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Dorchester: Dorset Press, 2015. p. 73-100.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço ao debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, jul. 2009.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 15-53, 2015.

CORTES, Soraya Vargas; SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DELLA PORTA, Donatella. *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press, 2015.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DOWBOR, Monika. Ocupando o Estado: a análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980. In: CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2014. p. 83-122.

EDER, Klaus. Social movements in social theory. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 31-49.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GIUGNI, Marco G.; McADAM, Douglas; TILLY, Charles (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Sandra; MOURA, Joana TerezaVaz de; SILVA, Jenair Alves da. Como um problema social entra na agenda governamental e vira uma política pública? O caso das demandas dos movimentos sociais na adoção do Plano Juventude Viva. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2016. p. 1-33.

GOODWIN, Jeffrey Roger; JASPER, James Macdonald (Ed.). *Rethinking social movements: structure, meaning and emotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

JASPER, James Macdonald. Players and arenas formerly known as the State. In: DUYVENDAK, Jan Willem; JASPER, James Macdonald (Ed.). *Breaking down the State: protestors engaged*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015. p. 9-24.

- JASPER, James Macdonald. *Protest: a cultural introduction to social movements*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 13-23, 2011.
- MARKOFF, John. Historical analysis and social movements research. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 68-85.
- McADAM, Douglas; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the formation age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MEYER, David S. Tending the vineyard: cultivating political process research. In: GOODWIN, Jeffrey Roger; JASPER, James Macdonald (Ed.). *Rethinking social movements: structure, meaning and emotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. p. 47-60.
- MEYER, David S; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, Oxford, v. 82, n. 4, p. 1457-1492, 1 June 2004.
- RAMOS, Paulo César. “*Contrariando a estatística*”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- RENNÓ JUNIOR, Lucio Remuzat. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.
- ROSSI, Federico M. Conceptualizing strategy making in a historical and collective perspective. In: ROSSI, Federico M.; VON BÜLOW, Marisa (Ed.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Dorchester: Dorset Press, 2015. p. 15-42.
- SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito inatitucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.
- TAN, Anna E.; SNOW, David A. Cultural conflicts and social movements. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 513-533.

TARROW, Sidney. Social protest and policy reform: May 1998 and the *Loi d'Orientation* in France. In: GIUGNI, Marco G.; McADAM, Douglas; TILLY, Charles (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998. p. 31-56.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. São Paulo: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. Paradigm warriors: regress and progress in the study of contentious politics. In: GOODWIN, Jeffrey Roger; JASPER, James Macdonald (Ed.). *Rethinking social movements: structure, meaning and emotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. p. 39-46.

TARROW, Sidney. *Strangers at the gates: movements and States in contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WULFF, Stephen; BERNSTEIN, Mary; TAYLOR, Verta. New theoretical directions from the study of gender and sexuality movements: collective identity, multi-institucional politics, and emotions. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 108-131.